

INVASÕES, DEVASTAÇÃO E VIOLÊNCIA

Textos e fotos Lúcia Simonian, Antropóloga, Ph.D. Consultora do IEA.

Três anos atrás o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) denunciaram o relatório de impacto ambiental (RIMA) da BR 156 preparado pela empresa C.R. Almeida S.A., pois o mesmo subestimou as suas consequências para os ecossistemas e as populações locais. Ao final da audiência pública sobre este RIMA em Laranjal do Jari, foi criada uma Comissão Especial Para Política Extrativista no Amapá. Na mesma oportunidade, dentre outras medidas a serem tomadas as autoridades se comprometeram resolver os problemas fundiários, demarcar e a proteger os recursos naturais das áreas da Reserva Extrativista Cajari e dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs) Maracá I, II e III. Desde então nada disso foi concretizado, abrindo-se assim espaços para toda sorte de abusos e desmandos, tudo em detrimento dos ecossistemas locais e dos direitos da população tradicional da área.

Na oportunidade, o jornalista Lúcio Flávio Pinto já levantava a problemática da especulação imobiliária na área. Além da devastação, o professor Philip M. Fearnside também apontou o perigo de se abrir um precedente com a abertura da BR 156, pois as reservas de todo o país ficariam desmoralizadas. Hoje é possível verificar que o estrago está sendo muito maior. A consolidação da BR 156 - que liga Macapá a Laranjal do Jari - resultou, de fato, em desmandos muito complexos e, no mais das vezes, ininteligíveis para a população tradicional local. Sem apoio e marginalizada, a maioria da população tradicional local apenas assistiu e continua a assistir as ações lesivas a seus direitos e a desconsideração de suas reivindicações.

Cobranças mais recentes por parte da Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Maracá (ATEX-MA) e do Conselho Nacional dos Seringueiros

(CNS) junto ao INCRA, IBAMA e CEMA, resultou num maior envolvimento do IEA-AP, o que tem sido possibilitado pelo projeto "Homem e Meio Ambiente na Amazônia", financiado pela Fundação Konrad Adenauer. A assessoria do coordenador - o agrônomo Mário Menezes - foi fundamental para a articulação com vistas à realização do "levantamento ocupacional cadastral e sócio-econômico" na área. A formação de um GT Interinstitucional no corrente ano reacendeu as esperanças em torno de uma ação que garanta os direitos da população tradicional e dos ecossistemas locais. Importante neste sentido foi o reconhecimento por parte do INCRA quanto à sua ausência na área, pois é a instituição pública responsável pelos PAEs Maracá desde a desapropriação e criação, respectivamente em 1981 e 1988.

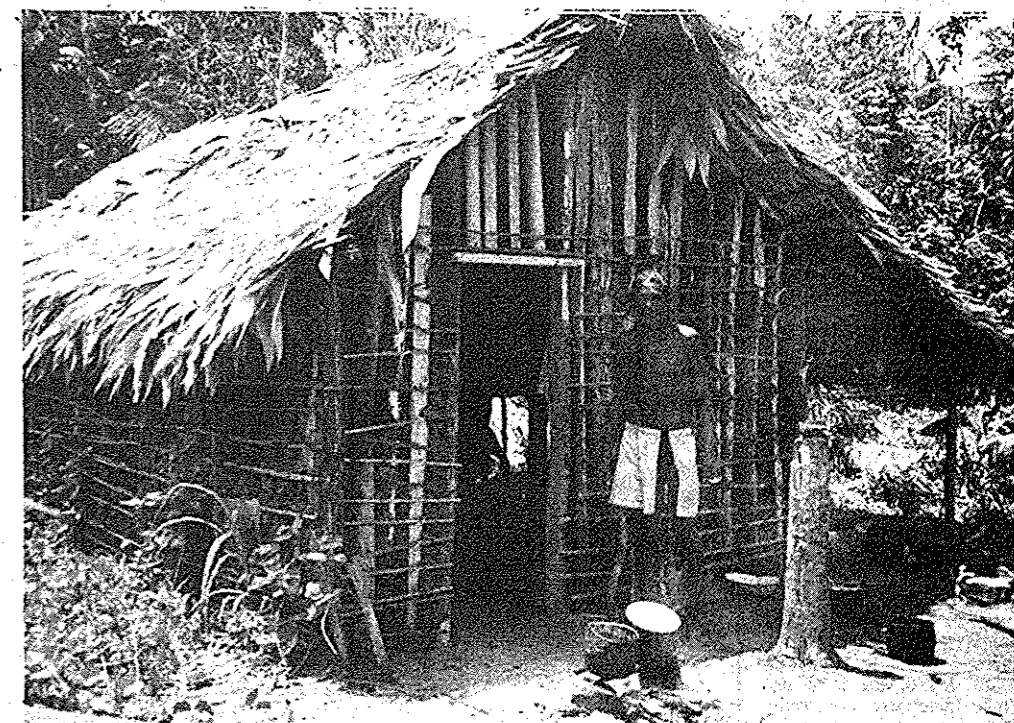
Técnicos do INCRA, do IBAMA, do IEA e representantes da ATEX-MA e CNS participaram dos trabalhos do levantamento. Embora a estada no campo tenha sido limitada, o impacto destrutivo da falta de uma estrutura que viabilize tanto a proteção e conservação ambiental como o fortalecimento via organização e condições de vida melhores para a população que vive na área e, em especial junto BR 156, revelou-se, escancarou-se a quem quisesse ver, perceber. A ausência do INCRA antes mencionada tem facilitado sobremaneira as invasões e a "abertura de lotes" por forasteiros, o que por certo reflete as relações de poder a nível local, as quais desfavorecem as populações tradicionais. Tais invasões têm sido contínuas e persistentes, além de contribuírem para a devastação dos recursos naturais e para o exacerbamento da violência, com o que lucram os que abusam e/ou vivem a enganar a inexperiência política de populações pauperizadas e impotentes.

As invasões realizadas após a abertura da picada para a construção da BR 156, vêm sendo feitas por empresários ligados ao setor comercial e madeireiro, políticos (dentre este pelo menos um deputado estadual), fun-

Os Resultados da BR 156 nos PAEs Maracá



Ação de madeireiros no Maracá II



Invasor "sem terra" nas proximidades da BR-156, Maracá II



Casa do invasor deputado estadual Nildo Santiago junto a BR-156, no Maracá II

cionários públicos, camponeses "sem terra" e, até mesmo um pastor. É ante a sua ação que a especulação imobiliária e a "indústria da posse" então a se reproduzir na área dos PAEs Maracá. Com a notícia sobre a realização do "levantamento" acima referido, muitos desses invasores e mesmo políticos estão reagindo de modo ainda mais abusivo. Eles estão, por exemplo, divulgando informações inverídicas junto à população tradicional local de que a mesma será expulsa de suas colocações sem direito algum e também apresentado o cercamento de lotes que dizem ser seus.

É em contextos como este que a emergência de formas diversas de invasões se torna possível. Os que têm recursos econômicos e/ou políticos, por exemplo, agem por conta própria, e até agenciam outros invasores. Os que não têm tais recursos alegam que "receberam autorização do INCRA", que "um funcionário (desta mesma instituição) me orientou a abrir uma mata qualquer que encontrasse, e que eu teria depois a minha ocupação regularizada", etc.. Invasores de ambos os grupos também argumentam que

compraram as terras de terceiros ou mesmo de moradores tradicionais locais, e alguns até apresentam recibo de pagamento de impostos. Outros se orientam pelos rumores sobre a abertura de ramais a partir da BR-156 e "marcam lotes no rumo da Conceição" e especulam sobre o que está sendo cogitado para chegar ao Varador. Por um lado é o processo de expropriação/concentração de terras que ameaça a população tradicional da área, e de outro se expõe o estado de desorganização dos "sem terra" da região.

A retirada de madeira também se transformou em atividade generalizada e devastadora nas adjacências da estrada. Estão envolvidos desde o IBAMA com suas autorizações ilegais mas persistentes, até empresários e madeireiros de Macapá, empresários e camponeses invasores, e mesmo alguns moradores tradicionais da área que têm sido cooptados. Especificamente nas proximidades dos igarapés do Breu e do Itaubaal a destruição da mata foi e continua sendo intensa. Algumas áreas chegam a atingir quilômetros para os fundos, embora na estrada pouco apa-

reça, a não ser o movimento constante dos caminhões sem placa de identificação transportando as toras. Aqueles que não têm "força" para explorações de maior porte, tiram e vendem "tarugo" (palanques para cercas). Nesta epopéia devastadora nem mesmo os açaiçais e os seringais são respeitados. Morta continua, pois, a letra da lei, inclusive daquela aprovada recentemente pelos edis do município de Mazagão, para proteção dos açaiçais.

A ação predatória em torno da caça e da pesca é cotidiana, e ao longo da estrada a mesma é ampliada nos finais de semana e nos feriados. Em geral é gente de Macapá e de Mazagão que junto com os invasores da área exploram tais recursos em detrimento direto da mesa da população tradicional local. Principalmente os primeiros, com suas voadeiras-gelceiras e carros (alguns sem placa) com isopores imensos circulam nos rios do Maracá, sem serem praticamente molestados. A presença de um posto de fiscalização da CEMA na Vila do Maracá, por exemplo, mal funciona como instrumento de intimidação, visto que a pessoa responsável não conta com estrutura

adequada para o trabalho de fiscalização e "teme os invasores-caçadores-pescadores armados e de cabeça cheia" (alcoolizados). Estes invasores intimidam e, com raras exceções, os moradores tradicionais temem um enfrentamento. Poucos são, de fato, os que como Dona Tereza ousam agir. Ela obrigou recentemente um invasor-caçador-pescador a retornar da ponte. Inexistem, no entanto, estrutura e recursos para que a comunidade assumia sozinha a tarefa tão grande e árdua como a fiscalização - que, aliás, é da competência do estado - com vistas à proteção dos recursos naturais locais.

O crescimento da violência na área de influência da BR-156 junto aos PAEs Maracá tem superado qualquer previsão que pudesse ter sido feita anteriormente. A aglomeração efetivada com a criação da Vila Maracá encontra-se na base de um processo até o momento incontrolável e, porque não dizer, aterrorizador. A prostituição, o estupro e a violência resultante de brigas, ataques e ameaças têm seu lugar garantido no dia-a-dia da Vila. Não é, pois, à toa que muitos moradores indi-

caram a violência e a falta de segurança como os maiores problemas da área. Dentre tais moradores destacaram-se algumas mulheres, as quais inclusive apontaram para um drama mais íntimo, ou seja, o da violência no âmbito doméstico.

Os problemas ora levantados não são novos sendo alguns já apontados no documento de criação do GT Interinstitucional, cujo trabalho inicial constituiu-se no levantamento ora concluído. Os mesmos são apenas alguns dentre tantos criados pela política deliberada do poder público no sentido de inviabilizar qualquer planejamento para a administração do impacto produzido pela BR 156 nos PAEs Maracá. É verdade que outras áreas incluídas nos Projetos vinham de muito sendo invadidas e devastadas, e que a violência ali se instaurara. O sistema do barracão não poupou a população pauperizada e impotente da Amazônia e os imigrantes que à ela se juntaram por ocasião dos "booms" da borracha

e da castanha. A população da área dos PAEs Maracá não ficou imune a tal processo. Outras "frentes" como a do gado e a mineradora, agiram e estão a agir contra os interesses dos que têm direito ao usufruto dos recursos naturais da área. Aliás, tais tendências abusivas vêm ocorrendo em outras áreas reconhecidas como de populações tradicionais, como no vale do Guaporé em Rondônia ou mesmo no Acre. A distância cultural desta população em relação aos invasores é tão grande que a impotência tem se sobreposto ao longo dos anos. Os esforços recentes da ATEX-MA são, no mais das vezes enfrentam obstáculos quase intrasponíveis de parte dos invasores, empresários, políticos, camponeses, e pastores. Por outro lado o apoio recebido é mínimo. Passa da hora, pois, das autoridades e instituições públicas seguirem os passos das ONGs que de algum modo se empenham em apoiar e reforçar a ação da ATEX-MA na defesa dos interesses da população tradicional local.



Camionete placa CA 0592 do invasor caçador agindo no Maracá II